

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: ‘Um país justo precisa de forte apoio à ciência’	2
Título: ‘Não será ideal, mas um meio termo que vai funcionar bem’	5
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	7
Título: Agronegócio racha, e ONGs temem desmatamento	7
Título: Economia terá superministério; Meio Ambiente e Agricultura serão unidos	9
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	11
Título: Dobrar preço em Angra opõe ministérios	11
Título: Núcleo militar quer metade dos cargos na transição	12
Título: Recordes no mercado de petróleo	12
Título: Ministério do novo governo deverá ter até 16 pastas	13
Título: Recordes no mercado de petróleo	15
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	16
Título: Domingo é dia de adiantar os relógios	16
Título: Gasolina cai nas refinarias	16
Título: Sergio Leite: O Brasil tem tudo para uma grande arrancada.....	17
VEÍCULO: Valor Econômico.....	22
Título: BNDES devolverá ao Tesouro R\$ 103 bi nos próximos 4 anos	22
Título: Futuro comando da Celesc terá de seguir governança.....	23
Título: No setor elétrico, prioridade é vender Amazonas Energia.....	27
Título: Energisa assume Ceron	30
Título: Cosan de olho nas privatizações na Petrobras	31
Título: Consumo e construção devem se destacar mais em cenário de retomada Cosan	32
Título: Pautas-bomba põem em alerta equipe do novo governo	35

VEÍCULO: O Globo**Data: 31/10/2018****Seção: Sociedade****Autor: ANA LUCIA AZEVEDO****Título: 'Um país justo precisa de forte apoio à ciência'**

Professor da UFRJ e organizador do Projeto de Ciência para o Brasil, assinado por 180 pesquisadores, diz que maior obstáculo para o setor é a baixa escolarização da população

O futuro ao alcance do país é o foco da mais robusta análise realizada sobre os avanços, as oportunidades e as deficiências da ciência e da inovação atuais no Brasil. Preparada por 180 eminentes pesquisadores de todas as áreas do conhecimento e levada adiante pela Academia Brasileira de Ciências (ABC), a análise é resultado do Projeto de Ciência para o Brasil. É um cenário que vai da Amazônia ao agronegócio, da zika ao câncer e do petróleo ao grafeno. O acadêmico Jerson Lima Silva, professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro, um dos organizadores do trabalho, recém-lançado em livro, afirma ao GLOBO que o país tem perdido relevância, mas possui as condições para ser líder.

Por que a ciência ainda não recebeu a devida importância no Brasil?

O maior obstáculo está no nível de escolarização da população, muito abaixo dos países desenvolvidos e mesmo de pares do BRICS. Outro empecilho é que os tomadores de decisão (governo nacional, parlamento, empresários, entre outros) têm pouco acesso ao conhecimento gerado em universidades e institutos de pesquisa.

Cerca de 25% de nosso PIB vêm da agricultura. O quanto ela depende da ciência?

A ciência é essencial para a agricultura. Há muitos desafios no setor agropecuário. Fundamental é o Cerrado, principal região produtora de soja, além de carne bovina. A complexidade do bioma devido à biodiversidade e à oferta de água requer ciência para aumentar a produtividade e conservar o solo e a água.

E o pré-sal e a produção de energia?

O pré-sal responde por mais da metade do petróleo produzido no Brasil, mas é preciso desenvolver tecnologias para baixar os custos da exploração. Isso é

urgente devido às oscilações do preço do petróleo no mercado internacional. Na área de produção de energia em geral, o maior desafio é ampliar a matriz energética de forma sustentável. Fontes renováveis como energia solar e eólica precisam de desenvolvimento. É crucial aumentar a pesquisa na produção de etanol de segunda geração, que utiliza bagaço, palha e folhas de cana-de-açúcar.

Qual é a posição da ciência brasileira no mundo?

O Brasil forma cerca de 20 mil doutores por ano, somos o 14º produtor de conhecimento do mundo. Mas estamos longe dos países desenvolvidos. Temos cerca 700 pesquisadores e engenheiros por milhão de habitante, contra 5.000 nos países desenvolvidos. Investíamos 1,2% do PIB em pesquisa em 2014, mas houve uma diminuição tanto dos investimentos públicos quanto privados. O orçamento atual é 30% do de 2010. Em contrapartida, a China ultrapassou os 2% do PIB, Coreia do Sul e Israel investem mais de 4%. Nossa proposta é chegar a 2% do PIB, bem como aumentar de 700 para 3.000 cientistas e engenheiros por milhão de habitante.

Quais os desafios do novo governo para assegurar que o país continue a produzir ciência?

Para ser desenvolvido e justo socialmente, o Brasil precisa ter um projeto de ciência e inovação com pujante financiamento, tanto por parte do governo quanto do setor privado. Um dos problemas é a assimetria do financiamento nos níveis nacional e estadual. A comunidade científica tem consciência de que ajustes fiscais são cruciais, mas essas medidas só terão pleno êxito se incluírem uma âncora no desenvolvimento tecnológico e na inovação.

E como acelerar a transferência do conhecimento?

O setor industrial investe pouco na área e é insuficiente a relação com as empresas. O Brasil ocupa a 69ª posição no Índice Global de Inovação e a 80ª posição no Índice de Competitividade Global. São posições acanhadas para um país que está entre as dez maiores economias do mundo. O documento da ABC faz propostas concretas. Entre elas, a criação de uma contrapartida pública para centros de pesquisa aplicada aproximando a relação com empresas; e novas políticas públicas voltadas para a necessidade de competitividade nas empresas — não apenas para aquisição de máquinas.

Que áreas da ciência são estratégicas?

As novas tecnologias são portadoras do futuro. Entre elas estão ciência dos dados, inteligência artificial e cibersegurança. Também se destacam novos

materiais e dispositivos; biologia de sistemas e biotecnologia. Elas terão forte impacto na denominada Indústria 4.0, uma realidade no mundo desenvolvido.

E o que precisamos desenvolver?

Por exemplo, novas tecnologias de informação e comunicação embarcadas nas máquinas, incluindo automação, robótica, internet das coisas, big data, manufatura avançada (impressão 3D), sensores e operação remota.

Quais são as urgências em ciência dos dados e inteligência artificial?

A inteligência artificial terá um grande impacto no aumento de produtividade e na inovação em áreas-chave, como agricultura e petróleo. Em parceria com empresas, a Embrapa desenvolveu tecnologia baseada em inteligência artificial para análise de solos. Já a colaboração entre universidades e a Petrobras criou soluções para a indústria do petróleo, em áreas como exploração e produção. Sistemas inteligentes envolvem tópicos como aprendizado de máquina e deep learning. Esses temas serão essenciais para avanços como diagnóstico médico e carros autônomos.

E a área de novos materiais e dispositivos?

A nanotecnologia tem gerado novos materiais com propriedades superiores às dos materiais convencionais. Um exemplo é o grafeno. Crucial também é a química verde, baseada em matérias-primas de fontes renováveis e que produz materiais não agressivos ao ambiente.

Qual é a mensagem para o Brasil?

A filantropa americana Mary Woodard Lasker (1900-1994) diz que "se você pensa que pesquisa é cara; experimente a doença". Na realidade da pesquisa no Brasil, a expressão pode ser adaptada para "se acha que a pesquisa é cara, experimente a doença e o subdesenvolvimento tecnológico".

VEÍCULO: O Globo**Data: 31/10/2018****Seção: Sociedade****Autor: ANA LUCIA AZEVEDO****Título: 'Não será ideal, mas um meio termo que vai funcionar bem'**

'Um país justo precisa de forte apoio à ciência'

Professor da UFRJ e organizador do Projeto de Ciência para o Brasil, assinado por 180 pesquisadores, diz que maior obstáculo para o setor é a baixa escolarização da população

O futuro ao alcance do país é o foco da mais robusta análise realizada sobre os avanços, as oportunidades e as deficiências da ciência e da inovação atuais no Brasil. Preparada por 180 eminentes pesquisadores de todas as áreas do conhecimento e levada adiante pela Academia Brasileira de Ciências (ABC), a análise é resultado do Projeto de Ciência para o Brasil. É um cenário que vai da Amazônia ao agronegócio, da zika ao câncer e do petróleo ao grafeno. O acadêmico Jerson Lima Silva, professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro, um dos organizadores do trabalho, recém-lançado em livro, afirma ao GLOBO que o país tem perdido relevância, mas possui as condições para ser líder.

Por que a ciência ainda não recebeu a devida importância no Brasil?

O maior obstáculo está no nível de escolarização da população, muito abaixo dos países desenvolvidos e mesmo de pares do BRICS. Outro empecilho é que os tomadores de decisão (governo nacional, parlamento, empresários, entre outros) têm pouco acesso ao conhecimento gerado em universidades e institutos de pesquisa.

Cerca de 25% de nosso PIB vêm da agricultura. O quanto ela depende da ciência?

A ciência é essencial para a agricultura. Há muitos desafios no setor agropecuário. Fundamental é o Cerrado, principal região produtora de soja, além de carne bovina. A complexidade do bioma devido à biodiversidade e à oferta de água requer ciência para aumentar a produtividade e conservar o solo e a água.

E o pré-sal e a produção de energia?

O pré-sal responde por mais da metade do petróleo produzido no Brasil, mas é preciso desenvolver tecnologias para baixar os custos da exploração. Isso é urgente devido às oscilações do preço do petróleo no mercado internacional. Na área de produção de energia em geral, o maior desafio é ampliar a matriz energética de forma sustentável. Fontes renováveis como energia solar e eólica precisam de desenvolvimento. É crucial aumentar a pesquisa na produção de etanol de segunda geração, que utiliza bagaço, palha e folhas de cana-de-açúcar.

Qual é a posição da ciência brasileira no mundo?

O Brasil forma cerca de 20 mil doutores por ano, somos o 14º produtor de conhecimento do mundo. Mas estamos longe dos países desenvolvidos. Temos cerca 700 pesquisadores e engenheiros por milhão de habitante, contra 5.000 nos países desenvolvidos. Investíamos 1,2% do PIB em pesquisa em 2014, mas houve uma diminuição tanto dos investimentos públicos quanto privados. O orçamento atual é 30% do de 2010. Em contrapartida, a China ultrapassou os 2% do PIB, Coreia do Sul e Israel investem mais de 4%. Nossa proposta é chegar a 2% do PIB, bem como aumentar de 700 para 3.000 cientistas e engenheiros por milhão de habitante.

Quais os desafios do novo governo para assegurar que o país continue a produzir ciência?

Para ser desenvolvido e justo socialmente, o Brasil precisa ter um projeto de ciência e inovação com pujante financiamento, tanto por parte do governo quanto do setor privado. Um dos problemas é a assimetria do financiamento nos níveis nacional e estadual. A comunidade científica tem consciência de que ajustes fiscais são cruciais, mas essas medidas só terão pleno êxito se incluírem uma âncora no desenvolvimento tecnológico e na inovação.

E como acelerar a transferência do conhecimento?

O setor industrial investe pouco na área e é insuficiente a relação com as empresas. O Brasil ocupa a 69ª posição no Índice Global de Inovação e a 80ª posição no Índice de Competitividade Global. São posições acanhadas para um país que está entre as dez maiores economias do mundo. O documento da ABC faz propostas concretas. Entre elas, a criação de uma contrapartida pública para centros de pesquisa aplicada aproximando a relação com empresas; e novas políticas públicas voltadas para a necessidade de competitividade nas empresas — não apenas para aquisição de máquinas.

Que áreas da ciência são estratégicas?

As novas tecnologias são portadoras do futuro. Entre elas estão ciência dos dados, inteligência artificial e cibersegurança. Também se destacam novos materiais e dispositivos; biologia de sistemas e biotecnologia. Elas terão forte impacto na denominada Indústria 4.0, uma realidade no mundo desenvolvido.

E o que precisamos desenvolver?

Por exemplo, novas tecnologias de informação e comunicação embarcadas nas máquinas, incluindo automação, robótica, internet das coisas, big data, manufatura avançada (impressão 3D), sensores e operação remota.

Quais são as urgências em ciência dos dados e inteligência artificial?

A inteligência artificial terá um grande impacto no aumento de produtividade e na inovação em áreas-chave, como agricultura e petróleo. Em parceria com empresas, a Embrapa desenvolveu tecnologia baseada em inteligência artificial para análise de solos. Já a colaboração entre universidades e a Petrobras criou soluções para a indústria do petróleo, em áreas como exploração e produção. Sistemas inteligentes envolvem tópicos como aprendizado de máquina e deep learning. Esses temas serão essenciais para avanços como diagnóstico médico e carros autônomos.

E a área de novos materiais e dispositivos?

A nanotecnologia tem gerado novos materiais com propriedades superiores às dos materiais convencionais. Um exemplo é o grafeno. Crucial também é a química verde, baseada em matérias-primas de fontes renováveis e que produz materiais não agressivos ao ambiente.

Qual é a mensagem para o Brasil?

A filantropa americana Mary Woodard Lasker (1900-1994) diz que "se você pensa que pesquisa é cara; experimente a doença". Na realidade da pesquisa no Brasil, a expressão pode ser adaptada para "se acha que a pesquisa é cara, experimente a doença e o subdesenvolvimento tecnológico".

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 31/10/2018

Seção: Mercado

Autor: Mauro Zafalon e Phillippe Watanabe

Título: Agronegócio racha, e ONGs temem desmatamento

RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO

Os futuros ministros de Bolsonaro, Onyx e Guedes, disseram ainda que o planos para a Agricultura e o Meio Ambiente foram mantidos.

"Agricultura e Meio Ambiente estarão no mesmo ministério, como desde o primeiro momento", afirmou Onyx. Bolsonaro, porém, chegara a admitir na semana passada que essa decisão poderia ser revista.

O futuro ministro negou que o presidente eleito tenha mudado de planos: "Ninguém recuou nada."

Coordenador da transição, Onyx disse que restarão entre 15 e 16 ministérios — hoje são 29. Demais nomes não foram divulgados.

A fusão, porém, não é consenso no agronegócio.

Para alguns, a medida vai levar para a agricultura problemas específicos da área ambiental, como pautas de setores industriais —química e mineração, por exemplo. "É um equívoco", disse o deputado Arnaldo Jardim (PPS/ SP), ex-secretário de Agricultura do estado de São Paulo.

"Trazer o Ministério do Meio Ambiente para o âmbito da Agricultura é deixar de ter o foco onde ele precisa estar: nos centros urbanos. A agricultura tem suas regras ambientais e um dos exemplos é que, cada vez mais, gera energia limpa para o país", afirmou.

Para outros, já que Bolsonaro quer reduzir o número de ministérios, a medida pode ser um caminho.

O presidente da Aprosoja (Associação dos Produtores de Soja e Milho do Estado de Mato Grosso), Antonio Galvan, concorda com a união. "A questão ambiental virou ideologia interna, que tenta atrapalhar nosso trabalho."

Segundo ambientalistas, a fusão deve provocar aumento de desmatamento, violência no campo e emissão de gases estufa.

"A previsão de que o meio ambiente iria sofrer começa a se confirmar dois dias depois da eleição", afirmou Carlos Rittl, secretário-executivo da ONG Observatório do Clima.

"É o pior cenário possível", disse Paulo Artaxo, climatologista da USP "Agora os ruralistas têm a certeza da impunidade."

Márcio Astrini, coordenador de políticas públicas do Greenpeace, afirmou que, quando o anúncio da fusão foi feito pela primeira vez, setores importantes do agronegócio demonstraram preocupação.

"Tratar o meio ambiente dessa forma leviana vai trazer prejuízo, principalmente econômico. Vai mexer com o emprego das pessoas, na situação em que o país já está", disse Astrini.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 31/10/2018

Seção: Mercado Aberto

Autor: Talita Fernandes, Mariana Carneiro e Nicola Pamplona

Título: Economia terá superministério; Meio Ambiente e Agricultura serão unidos

Equipe de Bolsonaro diz que fusões buscam eficiência; ambientalistas e industriais questionam

Rio de Janeiro- O presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL), decidiu criar o superministério da Economia. Ele ainda vai unir os ministérios da Agricultura e do Meio Ambiente.

A nova pasta da Economia reunirá os atuais ministérios da Fazenda, do Planejamento e do Mdic (Indústria, Comércio Exterior e Serviços) e será comandada pelo economista Paulo Guedes.

Após pressão do setor industrial, Bolsonaro chegou a descartar a inclusão do Mdic no superministério. Mas voltou atrás, o que foi comemorado por Guedes. "Nós vamos salvar a indústria brasileira, apesar dos industriais", disse. Ele ficou irritado ao ser questionado sobre a mudança de plano para a superpasta.

A proposta de junção consta do plano de governo apresentado por Bolsonaro à Justiça Eleitoral. O anúncio de sua criação foi feito nesta terça-feira (30) por ele e Onyx Lorenzoni, futuro chefe da Casa Civil, após a primeira reunião para tratar da transição de governo.

O encontro foi realizado na casa do empresário Paulo Marinho, no Jardim Botânico, zona sul do Rio de Janeiro.

A CNI (Confederação Nacional da Indústria) emitiu nota contra a decisão. A entidade disse que a indústria precisa de ministério próprio.

Segundo Guedes, porém, a fusão dos ministérios da Fazenda e Indústria tem um objetivo: reduzir a carga tributária de forma sincronizada com uma política de abertura comercial do Brasil.

O futuro ministro afirmou que essa abertura deverá ser gradual para não prejudicar a indústria, que, em sua avaliação, está entrincheirada, tentando se proteger da competição externa com a ajuda de incentivos e subsídios do governo federal.

"Quem tem lobby consegue desoneração e quem não tem vai para o Refis [programa de renegociação de dívidas tributárias]", disse Guedes.

A redução da carga tributária e a simplificação dos impostos teria como objetivo interromper esse círculo vicioso e permitir o ganho de competitividade por meio da abertura comercial, de acordo com Guedes.

"Não vamos fazer uma abertura abrupta para prejudicar a indústria brasileira. Ao contrário, vamos retomar o seu crescimento com juros baixos, reformas fiscais e desburocratização", disse.

"A razão do Ministério da Indústria e Comércio estar próximo da economia é justamente para isso. Não adianta a turma da Receita ir baixando os impostos devagar, e a turma da indústria abrir muito rápido. Isso tudo tem de ser sincronizado, com uma orientação única", afirmou Guedes.

Em relação à superpasta, o futuro ministro disse que ainda não começou a tratar de nomes para chefiar as estatais.

Guedes afirmou que não convidou quadros que estão no governo Michel Temer para ficar na nova gestão.

Mansueto de Almeida, secretário do Tesouro, e Marcos Mendes, secretário especial da Fazenda, são cotados para permanecer.

Sobre a subvenção do diesel, Guedes afirmou que uma opção foi elaborada, mas ainda não deu tempo de levá-la ao presidente eleito.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 31/10/2018****Seção: Notas e informações****Autor: Anne Warth****Título: Dobrar preço em Angra opõe ministérios**

Fazenda discorda da decisão do MME de dobrar o preço da energia da usina nuclear

O Ministério da Fazenda discordou da posição do Ministério de Minas e energia (MME) em relação à decisão que dobrou o preço da energia da usina nuclear de Angra 3. A decisão foi tomada pelo governo em 9 de outubro e elevou o preço de referência do empreendimento dos atuais R\$ 243 por megawatt-hora (MWh) para R\$ 480 por MWh. O "Estadão/Broadcast teve" acesso ao relatório do grupo de trabalho criado para viabilizar a usina, que deixa claras as dúvidas da área econômica.

O Ministério da Fazenda questionou os dados apresentados pela Eletronuclear e Eletrobrás, o modelo de exploração proposto pelas empresas, os impactos da decisão para o consumidor e até mesmo a pertinência de retomar ou não a usina. As obras foram paralisadas após denúncias de corrupção descobertas na Operação Lava Jato e que resultaram na prisão do então presidente da Eletronuclear, o almirante da Marinha Othon Pinheiro da Silva.

Projeto do período militar, Angra 3 começou a ser erguida em 1984, mas as obras foram paralisadas por dificuldades econômicas e políticas, como a explosão do reator de Chernobyl, na Ucrânia. O projeto ficou na gaveta por 25 anos, até ser retomado em 2009. Até agora já foram gastos R\$ 7 bilhões na obra. O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva prometia colocar a usina para funcionar em maio de 2014.

Agora, o custo estimado para terminar a usina é de R\$ 17 bilhões, o que elevaria o gasto total a R\$ 24 bilhões para colocar em operação uma usina com capacidade de 1.405 megawatts (MW). A título de comparação, a hidrelétrica de Teles Pires, na divisa entre Mato Grosso e Pará, que tem potência de 1.820 MW, custou R\$ 3,9 bilhões. Com o custo total de Angra 3, portanto, seria possível construir seis hidrelétricas de Teles Pires.

Enquanto a Eletronuclear e a Eletrobrás defenderam o modelo de um sócio privado para concluir a obra, os ministérios da Fazenda e do Planejamento avaliaram que a contratação de uma empresa para retomar a construção da usina seria a melhor opção.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 30/10/2018****Seção: Coluna do broadcast****Autor: Aline Bronzati, Cynthia Decloedt, Fernanda Guimarães****Título: Núcleo militar quer metade dos cargos na transição**

» Contrato. Furnas foi contratada pela Samarco para conduzir estudos que servirão de base para a construção de duas barragens de contenção de rejeitos, abaixo da barragem do Fundão, em Mariana (MG), que se rompeu em 5 de novembro de 2015. Especialistas da elétrica analisaram os modelos reduzidos de diques da mineradora nos aspectos hidráulicos das estruturas, condições de escoamento de água e carreamento de materiais de proteção da barragem. As construções foram projetadas para conter os sedimentos ainda existentes no reservatório do Fundão e melhorar a qualidade da água escoada, em atendimento às diretrizes estabelecidas pelos órgãos ambientais.

» Primeiro. Este é o primeiro contrato de prestação de serviços de Furnas para o setor de mineração e permitiu à companhia diversificar seu portfólio de serviços. Para o desenvolvimento dos trabalhos, a equipe técnica da elétrica adaptou conceitos normalmente praticados para usinas hidrelétricas, como, por exemplo, a estabilidade de taludes rochosos. O setor de Comercialização de Serviços de Furnas foi criado há cinco anos, para oferecer consultoria técnica, planejamento, estudos de inventário e de viabilidade, além de gerenciamento de projetos. Nos últimos três anos, a empresa faturou cerca de R\$ 50 milhões com a venda de serviços voltados para a área de energia. COM LUCIANA COLLETI

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 31/10/2018****Seção: Editorial****Autor: Fabiana Cambricoli, Paula Felix, Pepita Ortega****Título: Recordes no mercado de petróleo**

Os especialistas da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) registram dois fatos notáveis no mercado de petróleo: a produção cresce e atinge a marca histórica de 100 milhões de barris/dia (b/d) e não há sinais de interrupção do crescimento da oferta. Não era o previsto há 15 anos, quando se imaginava que a produção de países não integrantes da

Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) começaria a cair em fins desta década.

É o que mostra o Relatório do Mercado de Petróleo da Agência Internacional de energia (IEA, na sigla em inglês), patrocinada pela OCDE. Houve, de fato, uma ligeira redução das estimativas para a oferta e a demanda da ordem de 110 mil b/d em 2018 e 2019, influenciada por perspectivas econômicas piores, protecionismo, preços elevados do óleo bruto e revisão dos dados de demanda da China. Mas nada que possa pôr em risco o vigor do mercado.

A tendência de crescimento da produção é firme, apoiada não só pela exploração do shale gas norte-americano, mas pela presença crescente de novos produtores, como Brasil e Canadá. Por enquanto, a oferta está prejudicada em países como Irã, Iraque, Líbia, Nigéria e Venezuela, mas é provável que, em algum momento, esses países voltem a produzir mais. Com um nível de produção de 100 milhões de b/d, os preços se estabilizam em níveis superiores a US\$ 80 o barril.

Para muitos países emergentes, os altos preços do óleo coincidem com a depreciação de suas moedas em relação ao dólar, o que traz problemas. A Arábia Saudita tem sido uma das grandes responsáveis pelos níveis elevados da oferta de petróleo. Compensam-se, assim, as quedas de produção da ordem de 575 mil b/d no Irã, México e Venezuela. Em resumo, a oferta é adequada e há um razoável equilíbrio no mercado. O Brasil se torna participante mais importante no mercado.

A extração caiu levemente em agosto devido à manutenção de plataformas como Cidade de Angra dos Reis e Cidade de Maricá, com queda da produção do Campo Lula. Mas as perspectivas são de aumento da produção de Búzios e Tartaruga Verde neste semestre. O País, enfatizou a IEA, realizou um bem-sucedido leilão de áreas do pré-sal, com bônus de assinatura de US\$ 1,7 bilhão e a presença de empresas líderes como Exxon Mobil, Shell e BP, além da Petrobrás..

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 31/10/2018

Seção: Política

Autor: Constança Rezende, Renata Batista, Vinicius Neder / RIO

Título: Ministério do novo governo deverá ter até 16 pastas

Gestão Jair Bolsonaro começou a tomar forma ontem em reunião do presidente eleito na casa do empresário Paulo Marinho, no Rio

O governo do presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL), começou a tomar forma ontem no Rio, em reunião na casa do empresário Paulo Marinho. Integrantes do grupo de transição decidiram que os ministérios serão no máximo 16, pela fusão ou extinção de pastas. Haverá um superministério da Economia, juntando Fazenda, Planejamento e Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Agricultura e Meio Ambiente também serão fundidos.

As propostas já estavam no desenho original do programa apresentado na campanha, mas foram repensadas na semana passada, após Bolsonaro ter recebido críticas. O coordenador do governo de transição, deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS), afirmou que os ministérios serão "15 ou 16". Onyx não deu nomes de novos ministros e apenas reforçou que o ministro da Economia será Paulo Guedes, o general Augusto Heleno ficará no Ministério da Defesa e ele, na Casa Civil.

A previsão é de que Bolsonaro anuncie mais nomes na segunda-feira. "O presidente já tem uma lista de nomes (de ministros) e está fazendo a definição final. Acredito que nos próximos dias, Bolsonaro deva liberar mais alguns nomes. Na segunda-feira, o presidente, depois de tomar decisão, vai nos permitir divulgar toda a estrutura", afirmou Lorenzoni à tarde, na porta da casa do empresário Paulo Marinho, no Jardim Botânico, zona sul do Rio, onde Bolsonaro chegou por volta de 10h30 para a reunião.

Ao deixar o local, o futuro ministro-chefe da Casa Civil negou que Bolsonaro tenha voltado atrás na decisão sobre fusões de ministérios. Lorenzoni confirmou que vai hoje a Brasília para a reunião com o atual chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha. O encontro dará início ao processo de transição do governo. Lorenzoni informou ainda que Bolsonaro deverá ir a Brasília na terça-feira. Ele afirmou que este será um governo "de absoluta união" e que irá trabalhar em sintonia.

O ex-presidente do PSL, Gustavo Bebianno, disse que há "um nome muito forte para Educação", mas que ainda está sendo estudado quem irá para a pasta da Saúde. "Ninguém está com pressa para indicar nada. O governo só começa em 1.º de janeiro. Agora preocupação é montar equipe de mais linha de frente, digamos assim, e depois é começar o trabalho", afirmou.

Unificação. Outra ideia discutida na reunião, segundo o vicepresidente eleito, Hamilton Mourão (PRTB), foi unificar Educação com Esporte e Cultura. Mourão disse que, no entanto, pastas tradicionais deverão permanecer com atuação isolada, como é o caso de Saúde, Trabalho e Minas e energia.

"Tem ministério tradicional que não pode acabar e não se pode juntar três ou quatro coisas pra virar um Frankenstein. Tem de ter harmonia na junção", comentou Mourão. Questionado se o Banco Central perderia o status de ministério, o general explicou que o BC "vai ser independente e, com isso, não será mais ministério". / COLABORARAM KLEBER NUNES, DANIEL GALVÃO e TÂNIA MONTEIRO

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 31/10/2018

Seção: Política

Autor:

Título: Recordes no mercado de petróleo

Os especialistas da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) registram dois fatos notáveis no mercado de petróleo: a produção cresce e atinge a marca histórica de 100 milhões de barris/dia (b/d) e não há sinais de interrupção do crescimento da oferta. Não era o previsto há 15 anos, quando se imaginava que a produção de países não integrantes da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) começaria a cair em fins desta década.

É o que mostra o Relatório do Mercado de Petróleo da Agência Internacional de Energia (IEA, na sigla em inglês), patrocinada pela OCDE. Houve, de fato, uma ligeira redução das estimativas para a oferta e a demanda da ordem de 110 mil b/d em 2018 e 2019, influenciada por perspectivas econômicas piores, protecionismo, preços elevados do óleo bruto e revisão dos dados de demanda da China. Mas nada que possa pôr em risco o vigor do mercado.

A tendência de crescimento da produção é firme, apoiada não só pela exploração do shale gas norte-americano, mas pela presença crescente de novos produtores, como Brasil e Canadá. Por enquanto, a oferta está prejudicada em países como Irã, Iraque, Líbia, Nigéria e Venezuela, mas é provável que, em algum momento, esses países voltem a produzir mais. Com um nível de produção de 100 milhões de b/d, os preços se estabilizam em níveis superiores a US\$ 80 o barril.

Para muitos países emergentes, os altos preços do óleo coincidem com a depreciação de suas moedas em relação ao dólar, o que traz problemas. A Arábia Saudita tem sido uma das grandes responsáveis pelos níveis elevados da oferta de petróleo. Compensam-se, assim, as quedas de produção da ordem de

575 mil b/d no Irã, México e Venezuela. Em resumo, a oferta é adequada e há um razoável equilíbrio no mercado. O Brasil se torna participante mais importante no mercado.

A extração caiu levemente em agosto devido à manutenção de plataformas como Cidade de Angra dos Reis e Cidade de Maricá, com queda da produção do Campo Lula. Mas as perspectivas são de aumento da produção de Búzios e Tartaruga Verde neste semestre. O País, enfatizou a IEA, realizou um bem-sucedido leilão de áreas do pré-sal, com bônus de assinatura de US\$ 1,7 bilhão e a presença de empresas líderes como Exxon Mobil, Shell e BP, além da petrobrás.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 31/10/2018

Seção: Economia

Autor:

Título: Domingo é dia de adiantar os relógios

No próximo domingo, começa a 44ª edição do horário de verão brasileiro, quando os brasileiros das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste devem adiantar em uma hora os relógios. A medida tem como objetivo reduzir a demanda por energia no sistema elétrico durante horário de pico, entre 18h e 21h. O horário vai até 16 de fevereiro de 2019. Com dias mais longos do verão, o horário adiantado faz com que a rotina da população e das empresas não coincida com o acionamento da iluminação pública, aliviando a demanda por energia no fim da tarde, começo da noite. A medida evita o acionamento de usinas térmicas, que são mais caras — além de mais poluentes.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 30/10/2018

Seção: Economia

Autor:

Título: Gasolina cai nas refinarias

A Petrobras anunciou ontem que vai reduzir os preços da gasolina em 6,2%, nas refinarias, a partir de amanhã. Com a alteração, o valor médio do produto cairá

para R\$ 1,8623. É o maior corte percentual já anunciado pela estatal desde o início da nova política de preços, em julho do ano passado. A queda vem sendo possibilitada, principalmente, pela cotação do dólar, que vem sofrendo redução considerável. Outra influência é a queda no valor do barril do petróleo no mercado externo.

As reduções anunciadas pela companhia deixam a dona de casa Carla Pereira, 55 anos, esperançosa. No entanto, ela conta que a euforia, normalmente, dura até o momento em que ela percebe que os postos de revenda não repassam os custos mais baixos para o consumidor. “Em um primeiro momento, a notícia de que a gasolina vai ficar mais em conta até anima a gente. Mas o que vemos ao abastecer é que os postos de combustíveis relutam em passar a diminuição para o consumidor”, afirmou.

Carla avalia que, para ficar em patamar adequado ao consumidor, o combustível deveria custar em torno de R\$ 3. Mas enquanto a diminuição não chega, ela aposta em estratégias para economizar. “Eu deixei o carro de lado. Agora eu só uso quando preciso, mesmo. Também tento aproveitar os estabelecimentos com preços mais em conta. Cada centavo poupado é valioso”, disse a dona de casa.

Já para caminhoneiros que abastecem os veículos com o diesel, a estatal manteve o preço do combustível em R\$ 2,1228 nas refinarias do país, conforme a tabela disponível no site da empresa. A estabilidade nos preços do produto é uma decorrência do acordo firmado entre o governo e os caminhoneiros para encerrar a greve da categoria, ocorrida em maio. Para poder manter o valor, sem reajuste, a Petrobras recebe subsídios do Tesouro (AP).

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 31/10/2018

Seção: Economia

Autor:

Título: Sergio Leite: O Brasil tem tudo para uma grande arrancada

São Paulo — O engenheiro metalúrgico Sergio Leite assumiu a presidência da Usiminas em maio de 2016 com uma dura missão: livrar a empresa de fechar as portas. Depois de dois anos desastrosos, a siderúrgica, que é um dos símbolos

da indústria nacional, acumulava uma série de prejuízos que a impediam de realizar os investimentos necessários para voltar a crescer. Leite instituiu um núcleo de trabalho, chamado de “Grupo dos 10”, que realizou completa varredura em todos os negócios, operações, estruturas e áreas de empresa. Com o diagnóstico em mãos, o presidente pôde definir prioridades e atacar os problemas. Resultado: a Usiminas acaba de alcançar o melhor desempenho trimestral dos últimos oito anos. Executivo de opiniões sólidas e com 42 anos de serviços prestados à Usiminas, Leite, que também é presidente do Conselho Diretor do Instituto Aço Brasil, faz parte de um novo tipo de liderança que não se abstém de participar do debate político no país. Nesta entrevista, o executivo diz por que acredita no projeto defendido pelo futuro governo Jair Bolsonaro, expõe as razões que o levaram a apostar na retomada da economia e analisa os desafios que o setor de aço enfrentará nos próximos anos.

Quais são as suas expectativas em relação ao novo governo?

A minha expectativa é muito positiva. O Brasil precisa voltar a ter crescimento, a gerar emprego, encerrar definitivamente esse período de cinco anos, que trouxe, num primeiro momento, recessão muito grande e, num segundo, recuperação muito pequena. Está na hora, acho até que já passou da hora, de resolver os graves problemas que afetam o país. Estou muito otimista. O Brasil tem tudo para dar uma grande arrancada.

Quais são os problemas centrais que o novo governo deve atacar?

Nós temos problemas sérios no campo da saúde, da educação e da infraestrutura. Enfrentar os desafios nessas três áreas passa por uma grande capacidade de gestão e de investimentos. Na parte de gestão, precisamos fazer uma reforma profunda no Estado brasileiro e trazê-lo para a dimensão que ele precisa, com ajustes das contas públicas. É preciso essencialmente voltar ao superavit primário e começar um processo de regularização das contas públicas. Esse processo deve levar em consideração também a reforma da Previdência e a reforma fiscal. Reforço: neste momento, devemos reduzir ao máximo os gastos com a máquina governamental.

Os problemas são, de fato, monumentais. O Brasil vai conseguir sair rapidamente da crise?

Acho que rapidamente, não. Precisamos construir um 2019 que represente a partida do processo. Com o potencial que o Brasil tem, com as carências que nós temos, é preciso crescer pelo menos 5% ao ano. A perspectiva para 2019 é

avançar 3%, o que já será desafio importante. Precisamos preparar o país para crescer 5%, mas eu diria que até mais. Precisamos fazer o que os outros Brics (grupo das nações emergentes formado ainda por Rússia, Índia, China e África do Sul) fizeram com muita competência, como a China e a Índia. Agora iniciaremos o processo de construção, mas o importante é que a largada seja rápida.

O senhor chegou a se encontrar com o presidente eleito, Jair Bolsonaro?

Nós nos encontramos com o presidente Bolsonaro e expusemos a ele a visão da indústria. Dissemos que a indústria precisa voltar a ter protagonismo no Brasil. Nos últimos 15 anos, o setor teve participação de 25% no PIB. Hoje, esse índice é de 10%. A indústria tem um potencial muito grande, ela é uma grande geradora de empregos de qualidade, mas a situação é muito séria. Alguns setores estão com capacidade ociosa, que chega a 50%. É preciso colocar essa capacidade ociosa em atividade, e isso não requer novos investimentos. Já está tudo lá.

Quais são os obstáculos que emperram o setor do aço no Brasil?

É preciso fazer o país voltar a crescer. Só assim vamos em frente. Temos duas alavancas no nosso negócio: o consumo das famílias e o investimento. O consumo é sinônimo de geração de empregos, e tivemos, nesse aspecto, queda brutal nos últimos anos. Se você considerar a subocupação de mão de obra, existem mais de 25 milhões de brasileiros que poderiam estar no pleno emprego e não estão. Essa massa gera consumo. Gerando consumo, ela estimula a produção de bens para suprir a necessidade das pessoas. Na vertente do investimento, o aço tem como principais alavancas a construção civil e a infraestrutura, ambas completamente paralisadas no Brasil. O governo precisa criar as condições para que essas áreas avancem.

De que forma o protecionismo imposto pelo presidente americano, Donald Trump, afeta o negócio do aço?

No setor do aço, somos a favor do livre comércio, do equilíbrio e da isonomia nas relações comerciais. Nós temos um cenário interno que depende obviamente do crescimento do Brasil. Em termos de mercado externo, estamos entre os maiores exportadores de aço do mundo. Ou seja, somos protagonistas no negócio global do aço. O que nós desejamos no âmbito internacional é que haja equilíbrio nas relações, uma isonomia, e que a competição seja feita em

condições de igualdade. Embora seja um setor altamente competitivo, não dispomos de nenhum subsídio.

O maior competidor da indústria brasileira do aço é a China, certo?

Sim, mas na China nós não competimos contra empresas, mas contra um Estado. Trata-se de um Estado que não é uma economia de mercado, que não remunera adequadamente sua mão de obra, que não remunera adequadamente o capital e em que a prática do subsídio está presente na indústria. Ou seja, é uma concorrência desleal. Esse posicionamento da China gerou reação dos Estados Unidos. Por sua vez, a decisão protecionista do presidente Trump desencadeou uma série de reações na Europa, África e Ásia. A única região que não aplicou medidas para fazer frente a essa decisão de Trump foi a América Latina. Por isso, eu digo que é preciso fazer uma reflexão: faz sentido o Brasil ser um país liberal nas suas relações comerciais num mundo notadamente protecionista?

Apesar da crise dos últimos anos, a Usiminas vem de uma série de resultados financeiros sólidos, voltando inclusive a operar no azul. Como isso foi possível?

Nós completamos agora o nono trimestre consecutivo de resultados positivos e crescentes. A partir de 2015, notamos uma deterioração muito grande de nossos resultados. Essa deterioração nos conduziu, no primeiro semestre de 2016, a uma situação crítica para a empresa. Corremos o risco de entrar em recuperação judicial ou até mesmo falir.

O que foi feito para reverter o quadro?

Naquele momento em que correríamos sério riscos, tivemos que renegociar as dívidas com os bancos e os principais acionistas da empresa colocaram R\$ 1 bilhão no caixa. O maior problema que a empresa tinha era não gerar resultados. Iniciamos forte ação dentro da companhia, que contou com a participação de nossos mais de 13 mil funcionários. Criamos naquela época o “Grupo dos 10”, formado por profissionais experientes que ocupavam posições executivas diferentes. Esse grupo se tornou um núcleo de trabalho que teve a missão de trabalhar em prol da recuperação da Usiminas.

Do ponto de vista prático, o que o “Grupo dos 10” fez?

O grupo fez o diagnóstico de todas as áreas, processos, operações e estruturas da empresa. A ideia era preparar um diagnóstico global para identificar ações que levassem a Usiminas a alcançar bons resultados. No primeiro ano, de julho

de 2016 a 2017, o foco central era mesmo gerar resultados. Já no segundo semestre de 2016, saímos de uma situação de Ebtida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortizações) negativo para um saldo de R\$ 1,2 bilhão. Quando encerramos o primeiro semestre de 2017, um ano depois de iniciarmos esse trabalho, a empresa já estava num patamar de Ebtida superior a R\$ 1,8 bilhão, acima do nível que operamos antes da crise. Além disso, registramos, agora, o melhor resultado trimestral dos últimos oito anos da Usiminas.

A Usiminas é um caso especial, já que ela tem acionistas japoneses e ítalo-argentinos e uma gestão brasileira. Como é trabalhar com múltiplas nacionalidades?

É um desafio e uma experiência extraordinária. Temos na Usiminas três forças: os brasileiros, que somam a maior parte da força de trabalho, os ítalo-argentinos e os japoneses. Tenho uma relação sólida com todos os grupos, porque o trabalho foi sempre o de buscar integração e equilíbrio. Atravessamos um período grande de conflito acionário, mas conseguimos unir as forças dentro da empresa. No “Grupo dos 10”, tenho profissionais que representam o acionista ítalo-argentino, outros que representam o acionista japonês, e os que fazem parte da força de trabalho brasileira. Durante mais de um ano e meio, conseguimos trabalhar de forma integrada, unida e pacífica. Conseguimos inclusive selar um novo acordo de acionistas, que trouxe a paz. Hoje, vivemos um cenário muito positivo. Estamos todos de mãos dadas trabalhando para construir o presente e o futuro da Usiminas.

Como está o plano de investimentos da empresa? Diante da melhoria dos resultados, os planos foram ampliados?

Ficamos sem discutir planejamento estratégico durante três anos. Em julho de 2017, com os resultados positivos, percebemos que a Usiminas voltou a ser uma empresa normal. No momento em que ela voltou a ser uma empresa normal, passamos a pensar de novo no futuro.

Como ficaram os investimentos?

Entre 2016 e 2017, investimos R\$ 220 milhões, o que é pouco para o nosso porte. Em 2018, mais do que dobramos esse valor, chegando quase a R\$ 500 milhões. Para o ano que vem, o investimento será superior ao de 2019.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 31/10/2018****Seção: Brasil****Autor: Francisco Góes****Título: BNDES devolverá ao Tesouro R\$ 103 bi nos próximos 4 anos**

Governo prevê forte avanço da oferta de etanol até 2027

A Empresa de Pesquisa Energética (EPE), vinculada ao Ministério de Minas e Energia, estima que a oferta de etanol no país deverá crescer 50% até 2027 em relação ao volume registrado no ano passado, para 45 bilhões de litros. Essa tende a ser a principal frente de avanço do segmento sucroalcooleiro, de acordo com as projeções divulgadas na sexta-feira pela EPE em seu Plano Decenal de Expansão de Energia, que apresenta a visão do governo sobre o setor de energia.

O aumento da produção demandará mais aportes da indústria - movimento que não deverá ocorrer no curto prazo, segundo analistas. A estatal avalia que precisarão ser investidos R\$ 25 bilhões apenas em capacidade industrial para atingir a produção de etanol esperada, dos quais R\$ 16 bilhões em novas usinas e R\$ 9 bilhões na expansão de unidades existentes.

Do volume de etanol esperado para 2027, a EPE estima que 32 bilhões de litros deverão ser de hidratado, 12 bilhões de litros de anidro - além de 1 bilhão de litros que deverão ser importados também como etanol anidro. Em 2017, a oferta de etanol registrada pela EPE foi de 30 bilhões de litros, dos quais 17 bilhões de litros foram de hidratado, 11 bilhões de litros de anidro e 2 bilhões de litros de etanol anidro importado.

A EPE considera que esse crescimento deverá refletir o aumento das capacidades produtivas industrial e agrícola. Após o atual período de ajuste no segmento, a estatal estima que novas unidades deverão entrar em atividade no parque industrial brasileiro. Já para 2019, a EPE acredita que a área contará com uma adição líquida de duas novas usinas, e em 2020, de quatro novas unidades. De 2023 a 2027, a estatal calcula que entrarão em atividade duas novas usinas por ano.

Além da produção derivada da cana, a EPE também inclui em sua conta 2 bilhões de litros a serem produzidos em 2027 oriundos do processamento de milho.

Para a área agrícola, a EPE também estima incremento na colheita e na moagem de cana, a ser puxado por ganhos de produtividade e pequeno aumento de área. Em 2027, a expectativa é que o país processe 837 milhões de toneladas, 31,6% a mais do que no ano passado.

Esse incremento deverá refletir um avanço da área de cultivo de 14% em dez anos, para 9,9 milhões de hectares em 2027, ante 8,7 milhões de hectares no último ano. Já a produtividade, avalia a EPE, deverá chegar a 84,9 toneladas por hectare, em média, ante um índice atual de 72,5 toneladas por hectare.

Apesar do aumento da oferta de cana, a EPE considera que a maior parte da matéria-prima será direcionada à produção do biocombustível, que ganhou mercado com a nova política de preço da Petrobras e poderá avançar ainda mais com a implementação do RenovaBio. Dessa forma, a estimativa para a produção de açúcar é de um crescimento mais moderado. Até 2027, a estatal estima que a produção aumentará 15,8% ante 2017, para 44 milhões de toneladas.

Todo esse cenário, contudo, poderá não se concretizar se o RenovaBio não atingir seus objetivos, se o etanol hidratado perder competitividade frente a gasolina e caso a atratividade do segmento não consiga ser capaz de induzir os investimentos necessários para garantir o aumento da oferta.

Neste caso, a EPE vê um pequeno aumento na produção de etanol até 2027 com relação a 2017, para 33 bilhões de litros - o que significa uma produção 11,7 bilhões de litros inferior à apontada no cenário de referência. O processamento de cana seria de 729 milhões de toneladas, 108 milhões de toneladas menor do que o projetado no primeiro cenário.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 31/10/2018

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito

Título: Futuro comando da Celesc terá de seguir governança, diz presidente

Siewert, presidente, diz que processo de transição na estatal se dará de forma natural por conta das regras de governança

O processo de transição na estatal elétrica catarinense Celesc se dará de forma natural, segundo o presidente da companhia, Cleverson Siewert. O executivo

disse que o modelo de governança atual da empresa assegura que a diretoria executiva da estatal seguirá as regras estabelecidas.

"De forma geral, independentemente de quem estará na empresa, o nível de governança, o nível de regras que temos na companhia hoje, permite que qualquer um que esteja à frente ou na diretoria cumpra as mesmas lógicas existentes. Isso está muito bem definido. Esse processo vai se dar de forma natural e normal" disse Siewert ao Valor. Segundo ele, ainda não há uma definição se ele permanecerá, ou não, no comando da empresa.

A eleição para o governo de Santa Catarina foi vencida pelo Comandante Moisés (PSL, mesmo partido do presidente eleito Jair Bolsonaro). Ele substituirá Eduardo Pinho Moreira (MDB). "Naturalmente estamos tendo uma mudança de governo aqui. Ganhou alguém novo que está entrando no processo agora com a perspectiva de mudança bastante grande. É bom para a sociedade de uma forma geral. Para a empresa [Celesc] como um todo, não temos nenhuma sinalização, nenhuma perspectiva", acrescentou Siewert.

O Estado de Santa Catarina possui 50,18% das ações ordinárias da Celesc e 20,2% do capital total da empresa. A EDP do Brasil e a Eletrobras possuem 19,62% e 10,75% do capital da companhia, respectivamente. O restante pertence a fundos de investimentos, à Fundação Celesc de Seguridade Social (Celos) e demais investidores.

Siewert assina hoje um contrato de financiamento junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de US\$ 276 milhões (o equivalente a cerca de R\$ 1 bilhão). Os recursos serão utilizados para investimentos na área de distribuição de energia.

O montante vai financiar 60% das obras de construção e melhorias do sistema elétrico da empresa, entre 2018 e 2022. Nesse período, a Celesc prevê construir 20 subestações, além de ampliar 31 unidades existentes, e instalar 342 km de linhas de distribuição, além de adquirir equipamentos auxiliares.

"Nos últimos três anos, o mercado financeiro no Brasil basicamente contraiu. Ou não achamos dinheiro para buscar ou o dinheiro que tem é muito caro. Em função disso, nossos executivos do conselho de administração, pessoas muito experientes, nos orientaram para que buscássemos financiamentos em organizações de fomento internacionais. O BID foi natural nesse contexto, porque ele já tem relação com Santa Catarina em várias frentes", explicou Siewert, ao Valor. Ele acrescentou que, como o financiamento tem custo e condições melhores do que o mercado, a operação vai melhorar o perfil de endividamento da elétrica.

Na última semana, o Ministério da Fazenda concedeu garantia a União para a Celesc Distribuição adquirir o empréstimo com o BID. Essa era a última etapa do procedimento exigido pela instituição internacional para a realização da operação de crédito.

O presidente da Celesc contou ainda que a empresa pretende participar do próximo leilão de linhas de transmissão da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), previsto para 20 de dezembro. O interesse da empresa são os lotes que serão oferecidos que incluem obras em Santa Catarina, com investimentos estimados em R\$ 3 bilhões.

"Entendemos que no fim do ano haverá outro leilão importante, que vai pegar R\$ 3 bilhões de obras no Estado de Santa Catarina e naturalmente, se isso acontecer, a Celesc vai ser um dos 'players' que estará presente."

Em abril de 2017, a companhia arrematou, em parceria com a EDP Brasil, a concessão de um lote de obras de transmissão em Santa Catarina, com investimentos estimados em R\$ 1,1 bilhão, em leilão da Aneel.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 31/10/2018

Seção: Empresas

Autor: Ed Crooks

Título: GE faz baixa de US\$ 22 bi e reestrutura área de energia

A General Electric (GE) reduziu seu dividendo pela segunda vez em menos de um ano e anunciou uma reestruturação radical de sua problemática divisão de equipamentos de energia, desapontando investidores que haviam depositados suas esperanças no novo executivo-chefe do grupo industrial.

As ações da GE caíram mais de 9% na tarde de ontem, depois que o dividendo trimestral foi cortado de 12 centavos de dólar para apenas 1 centavo,

permitindo à companhia economizar quase US\$ 4 bilhões por ano num momento em que passa por problemas financeiros sérios.

O conglomerado americano disse que o Departamento de Justiça iniciou uma investigação sobre questões que incluem uma baixa contábil não monetária relacionada a bens intangíveis de US\$ 22 bilhões em sua divisão de energia, a maioria relacionada à aquisição da unidade de energia da Alstom em 2015. A Securities and Exchange Commission (SEC), que já está investigando o grupo pela forma como tratou contratos de longo prazo e provisões para cobertura de seguros, também ampliou sua investigação para que a despesa seja incluída.

Os lucros do terceiro trimestre são os primeiros a serem divulgados sob o novo executivo-chefe, Larry Culp, que assumiu neste mês após a saída abrupta de John Flannery. O ex-chefe ficou apenas um ano no cargo.

O desmembramento da divisão de energia é a primeira iniciativa estratégica de Culp. O novo executivo-chefe vai dividir a unidade em duas. Uma vai abrigar as operações tradicionais de turbinas a gás da GE. A outra ficou com os ativos restantes, incluindo turbinas a vapor e equipamentos de rede.

Culp também vai reorganizar as estruturas administrativas da divisão de energia para que os chefes das unidades de negócios se reportem diretamente a ele. A estrutura atual, segundo disse ele ao "Financial Times" em uma de suas primeiras entrevistas desde que foi nomeado executivo-chefe, "tem muitas camadas entre eu e os negócios". Com a eliminação dessas camadas, disse ele, os negócios poderão ser conduzidos com mais transparência e mais responsabilidade.

O lucro por ação do trimestre, excluindo-se a baixa contábil e outros itens extraordinários, foi de 14 centavos de dólar, bem abaixo das previsões dos analistas de 20 centavos de dólar, além de 33% menor que o resultado do mesmo período do ano passado.

Os resultados mostram as dificuldades da divisão de equipamentos de energia, que vem sendo afetada pela ascensão das energias renováveis e a desaceleração da demanda nos países desenvolvidos. Os negócios sofreram uma oscilação desfavorável de mais de US\$ 1 bilhão, mergulhando em um prejuízo de US\$ 631 milhões no trimestre, comparado ao lucro de US\$ 464 milhões no mesmo período de 2017. As encomendas caíram 18% para US\$ 6,6 bilhões no trimestre.

"A GE tem forças consideráveis", disse Culp a analistas em uma conferência telefônica. "O talento que temos aqui é real, a tecnologia é especial e o alcance

global da marca GE e nossas relações são realmente impressionantes. Mas precisamos mudar."

No geral, os analistas receberam bem a decisão de cortar os dividendos. Jim Corridore, da CFRA, descreveu a decisão como "corajosa e necessária, além de um sinal de que Culp não vai tomar meias-medidas para melhorar a companhia".

No entanto, John Inch, analista da Gordon Haskett, descreveu os resultados como "desapontadores" e disse que o corte no dividendo sugere que "a GE enfrenta uma restrição de caixa significativa", pressionando Culp a agir logo na reavaliação aprofundada das operações.

A companhia vendeu a maior parte da GE Capital, sua operação de serviços financeiros que frequentemente gerava cerca de metade dos lucros do grupo antes da crise financeira de 2008. As operações restantes tiveram um lucro residual de US\$ 59 milhões, mas a controladora não receberá mais um grande dividendo em dinheiro da GE Capital.

Junto com um salto nos pagamentos do fundo de pensão para US\$ 5,1 bilhões no trimestre, a GE passou de uma entrada líquida de caixa de US\$ 4,1 bilhões, nos primeiros nove meses de 2017, para uma saída líquida da mesma magnitude nos primeiros três trimestres deste ano.

As outras divisões da GE anunciaram resultados variados, embora um excelente desempenho tenha sido registrado na divisão de motores e outras peças para aviões, onde o lucro aumentou 25%, de US\$ 1,3 bilhão para US\$ 1,7 bilhão.

Todavia, Inch também levantou temores sobre o futuro das operações de componentes aeronáuticos do grupo americano, escrevendo em nota: "A questão-chave é quanto tempo vai durar a força da área de aviação, quando parece estar perto do pico de um ciclo".

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 31/10/2018

Seção: Brasil

Autor: Daniel Rittner e Rafael Bitencourt

Título: No setor elétrico, prioridade é vender Amazonas Energia

A prioridade da equipe de transição do presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL), no setor elétrico é solucionar a privatização da Amazonas Energia, empresa que gera prejuízos da ordem de R\$ 350 milhões ao mês, disse ao Valor Luciano de Castro, professor da Universidade de Iowa e principal assessor da equipe na área de energia.

"A situação como está é insustentável, não podemos continuar assim, é uma perda absurda", disse Castro. Segundo ele, além de ser ineficiente, a distribuidora paga um serviço da dívida muito oneroso, não tem repasses integrais de custos com compra de combustível para geração de energia, além de ter perdas enormes.

O professor contou que está em contato frequente com Wilson Ferreira Junior, presidente da Eletrobras, para discutir o tema das distribuidoras. "Estive com ele na sexta-feira passada, já conversamos umas duas vezes desde então, para tratar algumas alternativas em relação à Amazonas."

"O problema é viabilizar a privatização e contornar o problema que foi a rejeição do PL 77 pelo Senado", disse Castro, referindo-se ao projeto de lei que viabilizava a operação das distribuidoras da Eletrobras e também solucionava o problema do risco hidrológico (medido pelo fator GSF, na sigla em inglês). O texto enviado pela Câmara foi rejeitado pelo Senado, criando um grande problema para o governo e para a administração da estatal elétrica.

Um dos problemas que precisam ser equacionados em relação à Amazonas Energia refere-se à dívida da distribuidora com a Petrobras. Um acordo de renegociação do pagamento foi feito em abril, mas a parcela de R\$ 3,5 bilhões da dívida dependia de um aporte do Tesouro para ter garantia. Esse aporte também estava no projeto de lei rejeitado.

"A dívida da Amazonas Energia é bilionária. Eles estão considerando algumas alternativas, já foi falada uma possível medida provisória", disse Castro. Conversas com a Petrobras também estão sendo travadas. "O governo atual ainda está na liderança disso. Estou acompanhando o que estão fazendo e, a partir de semana que vem, teremos um pouco mais de interação para discutir o que deve ser feito", afirmou.

Como vai participar da equipe de transição do governo, Castro terá acesso às reuniões sobre o tema para ter uma ideia melhor de como solucionar o entrave.

Se nada for feito, a Amazonas Energia será liquidada em 1º de janeiro de 2019, justamente quando o governo de Bolsonaro assume. "Vamos ver o que é possível fazer para evitar isso", disse Castro.

A situação da Ceal, distribuidora do Alagoas, também preocupa o especialista. Nesse caso, a privatização está suspensa por liminar do Supremo Tribunal Federal (STF). Governo de Alagoas e União ainda discutem detalhes da venda. Segundo Castro, sua equipe ainda não conversou sobre o tema com Renan Filho (MDB), governador reeleito. "Não estabelecemos contato com Alagoas ainda, mas devemos ter nesse mês de transição", afirmou.

"Uma coisa importante a se deixar como mensagem é o conforto ao povo do Amazonas e de Alagoas. Vamos garantir a continuidade do serviço. Estamos com todo o cuidado protegendo os interesses do povo desses Estados", assegurou Castro.

O segundo problema urgente, na visão do professor, é o GSF, cuja solução também estava no projeto de lei rejeitado no Senado. "Consideramos algumas alternativas. A Aneel recentemente propôs uma solução; não cheguei a analisá-la com profundidade, mas ela tem problemas também. Não há uma solução perfeita. A melhor de todas era o PL."

De acordo com o especialista, nenhuma alternativa, inclusive uma MP, está descartada. "Estamos trabalhando para encontrar uma solução", disse.

Esses problemas são urgentes, mas há outras questões importantes que serão discutidas durante a transição para o novo governo. "Vamos tentar focar em coisas importantes como a revisão das regras do setor elétrico, organizar a expansão, os mecanismos de negociação e o mercado livre. As questões estruturantes, para que o setor volte a funcionar com todo o vigor que o Brasil merece", disse.

O ponto de partida será a consulta pública (CP) 33, lançada pelo então ministro de Minas e Energia Fernando Coelho Filho (DEM-PE), que debateu a mudança do modelo do setor elétrico e recebeu centenas de contribuições. "Será quase como que pegar uma obra que foi iniciada e não acabada ainda. Vamos retomá-la para acabar a obra", explicou.

A definição da equipe de energia, motivo de ansiedade em todo o setor devido às declarações de Bolsonaro de que vai priorizar nomes técnicos, ainda está sendo feita, disse Castro. "Não posso dizer quanto tempo vai levar, ao longo do período o presidente vai definir os nomes. Se eu pudesse dar um palpite, diria que não deve levar muito tempo", disse.

A equipe de energia tem diálogo tanto com o grupo econômico, liderado por Paulo Guedes, quanto com o ala dos militares, com o general Augusto Heleno à frente.

"Tenho contato com ambos os grupos, mais próximo do Paulo Guedes, mas tenho contato também com os generais em Brasília", afirmou Castro, que foi tenente da Aeronáutica antes de se dedicar ao setor privado. "É algo mais ou menos natural estar nos dois grupos, o que facilita um pouco essa conexão", explicou

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 31/10/2018

Seção: Empresas

Autor: Paula Selmi

Título: Energisa assume Ceron

Curtas

Executivos do grupo Energisa assinaram ontem o contrato de concessão da distribuidora Centrais Elétricas de Rondônia (Ceron). A companhia assumiu o controle da concessionária após vencer o leilão realizado no dia 30 de agosto, que faz parte do processo de privatização das distribuidoras da Eletrobras. A venda da Ceron ocorreu no mesmo dia da privatização das distribuidoras Eletroacre, também adquirida pela Energisa, e Boa Vista Energia, assumida pelo consórcio Oliveira Energia ATEM. A Ceron vinha sendo gerida pela Eletrobras em regime precário sem contrato de concessão. Com a chegada de um controlador privado, o contrato de concessão com prazo de 30 anos pôde ser assinado ontem, na sede da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Mudança na Eletropaulo

O conselho de administração da Eletropaulo elegeu ontem Max Xavier Lins como novo presidente da companhia a partir de amanhã. Lins vai substituir Charles Lenzi no cargo. Além disso, a indicação de Monica Hodor como vice-presidente de relações com investidores foi confirmada, em substituição a Marcelo de Jesus, que vai assumir no cargo na Enel no Chile.

Reajuste da Boa Vista

A diretoria Aneel aprovou ontem o aumento médio de 38,50% nas tarifas da distribuidora Boa Vista Energia, privatizada em leilão realizado em 30 de agosto. O reajuste tarifário anual valerá, a partir de amanhã, para 165 mil clientes do

Estado de Roraima. Os consumidores residenciais e o comércio de pequeno porte (baixa tensão) terão as contas de luz elevadas em 38,90%. Já os consumidores industriais (alta tensão) contarão com o aumento de 37,03% nas tarifas.

Lucro da Honda cresce

A Honda registrou lucro líquido de 210,7 bilhões de ienes (US\$ 1,87 bilhão) no segundo trimestre fiscal de 2019, fechado em 30 de setembro. O montante é 21% maior que o registrado no mesmo período do ano anterior. A melhora no desempenho foi atribuída ao crescimento nas vendas de caminhões e de veículos esportivos nos Estados Unidos e à ausência de despesas relacionadas ao recall de airbags. No mesmo trimestre de 2017, a Honda fechou acordo de US\$ 605 milhões com donos de veículos equipados com airbags defeituosos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/10/2018

Seção: Empresas

Autor: Camila Souza

Título: Cosan de olho nas privatizações na Petrobras

Rubens Ometto, dono da Cosan e maior empresário do segmento bioenergético do país, defendeu ontem a jornalistas, em evento em São Paulo, a proposta do presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL), a quem apoiou no segundo turno, de realizar privatizações na Petrobras e reforçou que pode ter interesse em ativos de refino da estatal. O empresário também afirmou que Bolsonaro é "pragmático", inclusive no que tange às questões ambientais.

"Ele tem viés ambiental, claro que tem. Mas tem viés ambiental pragmático. Ele é uma pessoa pragmática. Conseguiu uma votação grande porque a comunicação dele é muito clara, muito simples, muito pragmática", afirmou Ometto pela manhã, após participar da Conferência Datagro, sobre o mercado de açúcar e etanol.

À tarde, Onyx Lorenzoni (DEM), futuro ministro-chefe da Casa Civil do novo governo, disse que o Ministério do Meio Ambiente de fato será "fundido" ao da Agricultura, voltando à proposta inicial de Bolsonaro após recuo anunciado antes do segundo turno sobre essa questão.

Também na campanha, Bolsonaro sinalizou que o Brasil poderia sair do Acordo de Paris, o que levantou preocupações não apenas entre ambientalistas, mas também em alguns elos do segmento sucroalcooleiro, já que o recém-criado programa RenovaBio está alinhado às metas do país no acordo climático.

Questionado sobre eventual saída do Brasil do Acordo de Paris, Ometto não demonstrou preocupação. "Calma, deixa andar. Vocês estão muito precipitados. Poder, ele pode tudo. Mas é um cara racional, vai ter gente boa do lado dele", afirmou o empresário. "Ele é um patriota. Vai querer fazer o que é melhor para o nosso país. Pode acreditar nisso", acrescentou.

Quanto à eventual privatização de áreas de refino da Petrobras, como também foi mencionado pela equipe de Bolsonaro (PSL), Ometto sinalizou que tem interesse. "Está no nosso negócio", disse ele.

"Acho que está no nosso negócio. Se tem interesse, depende de um monte de coisa", disse. Mas, segundo Ometto, o interesse "depende do modelo" da privatização. Questionado sobre se está de olho em outras áreas que poderão ser privatizadas, o empresário afirmou que o foco da Cosan está "na parte de logística e de energia".

Em abril, a Raízen, joint venture da Cosan com a Shell, adquiriu ativos de refino da Shell na Argentina, seu primeiro passo nesse ramo. Sobre uma eventual entrada nessa área no Brasil em caso de privatizações na Petrobras, Ometto disse que "seria uma forma de continuar nosso negócio". Para o empresário, a privatização de algumas frentes da estatal "é saudável para o país e para a Petrobras".

Quanto à perspectiva para a política de preços de combustíveis da Petrobras sob o governo Bolsonaro, o empresário afirmou que acredita que ele não vai interferir. "É o que é racional", opinou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 31/10/2018

Seção: Empresas

Autor: Juliana Machado

Título: Consumo e construção devem se destacar mais em cenário de retomada Cosan

Faria, da Porto Seguro: consumo tem condições de se recuperar mais rapidamente

A melhora da confiança nos mercados deve favorecer um cenário de retomada econômica e, conseqüentemente, mais valorização da bolsa. Esse esperado movimento positivo tende a ser liderado por setores que estavam "represados", caso de, segundo analistas, ações ligadas à economia doméstica, em especial consumo, construção e infraestrutura.

Ontem, papéis representantes desses segmentos já deram o tom que pode ditar as performances daqui para frente: ficaram entre os destaques do pregão e subiram em bloco. Tal movimento ajudou a dar impulso ao Ibovespa, que foi aos 86.886 pontos, em alta de 3,69%. Com a trégua no exterior para favorecer o movimento, o índice ficou a cerca de 800 pontos do recorde de fevereiro, de 87.653 pontos.

"Consumo está represado e o balanço dos bancos está bem conservador então, com a retomada da confiança, o consumo tem condições de se recuperar mais rapidamente", diz Marcelo Faria, gestor de fundos de renda variável da Porto Seguro Investimentos.

A aposta em papéis atrelados à atividade doméstica já havia crescido conforme o presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL), se fortalecia nas pesquisas de intenção de voto. Agora, à medida que as propostas do novo governo saiam do papel, o espaço que a bolsa ainda tem para subir deve se refletir sobretudo nesses ativos, dizem analistas.

No pregão de ontem na B3, B2W teve forte valorização, de 9,39%, seguida por Lojas Renner (8,49%), Via Varejo (6,69%), Iguatemi (6,54%), Multiplan (6,53%), Localiza (5,59%), Lojas Americanas (5,59%) e Cyrela (5,34%).

Para Faria, com sinalizações adequadas do novo governo em direção a um comprometimento real com as reformas, "difícilmente o desemprego piora". No caso de construção civil, uma das apostas da Porto Seguro é na média e alta renda, caso de EZTec, e na baixa renda também, com nomes de "boa execução", como MRV. No segmento de vestuário, Lojas Renner é a preferida.

"Na renda variável, o componente doméstico terá uma dominância maior e, se forem entregues as reformas esperadas, teremos uma injeção de confiança que vai se traduzir em expansão econômica", diz José Pena, economista-chefe da Porto Seguro Investimentos.

Os profissionais da Porto Seguro afirmam ainda que, nos últimos anos de recessão, os lucros das companhias caíram bastante, mas as empresas que compõem o Ibovespa buscaram manter qualidade e eficiência. Isso renova a confiança na continuidade da expansão neste ano e também em 2019. "Pegando essa expectativa de resultado vis-à-vis o preço da bolsa, ela está

historicamente na média, ou um pouco abaixo", diz Faria. "Com a melhora do ambiente de negócios, a bolsa deveria estar negociando acima da média."

O contexto brasileiro também será mais importante com a recente piora no ambiente internacional de risco, que pesou recentemente sobre os emergentes. "A agenda de responsabilidade fiscal é fundamental nesse contexto global mais adverso que estamos vendo", diz Pena.

Em relatório, o Morgan Stanley recomendou que os investidores "comprem Brasil" e gradualmente alterem as carteiras para substituir estatais por ações ligadas ao ciclo doméstico. A preferência do banco é, no momento, por BB Seguridade, Ecorodovias, Estácio e Usiminas - ações que fecharam em alta forte ontem. "O Brasil pode ter uma narrativa positiva nos próximos cinco a seis meses, algo que outros emergentes grandes como China, Índia, Rússia e África do Sul não têm", diz. "Com capital político e vontade de fazer reformas, o novo governo poderá trazer um reflexo positivo no curto e longo prazo no crescimento da economia."

Entre os sinais que o banco espera estão a retirada do subsídio fiscal para o diesel e a priorização da reforma da Previdência - ontem Paulo Guedes, que deve ser o ministro da Economia do novo governo, voltou a declarar a prioridade da pauta. "Após março, com a volta do recesso parlamentar do Carnaval, os sonhos têm que virar realidade", diz o Morgan.

"Nosso argumento é que, se estivermos certos na nossa tese, então o crescimento da atividade deve se fortalecer ao longo de 2019", destaca o Morgan Stanley, ao justificar a recomendação para ações do ciclo doméstico e uma gradual redução a estatais.

Na XP Investimentos, a ordem do dia também é priorizar na bolsa o setor de varejo, além de aviação, bancos, siderúrgicas e locadoras. Com a retomada da economia, câmbio apreciado e juros baixos, são preferidas as ações de B2W, Lojas Americanas, Gol, Bradesco, Banco do Brasil, Usiminas e Localiza. A Petrobras entra nesta lista, e a corretora já recomenda a compra das ações - ambas subiram ontem, 5,53% (ON) e 5,98% a (PN).

Em relatório recente, o Citi destaca que mantém sua recomendação "acima do neutro" ("overweight") em Brasil, de olho na eleição, mas que há uma perspectiva de ganhos das empresas da bolsa que já justifica apostas em setores de construção e incorporação, matérias-primas e instituições financeiras.

"O PIB [Produto Interno Bruto], vendas no varejo, produção industrial e capacidade utilizada da maioria das indústrias ainda está em níveis pré-crise",

diz. "Mas a alavancagem operacional tem sido um tema ao longo do ano e a capacidade ociosa sugere que ela pode continuar crescendo."

Na Porto Seguro, algumas carteiras também têm alocações em estatais, embora o setor de infraestrutura e consumo tenham mais a ganhar. Faria conta que uma das carteiras administradas por ele tem 30% de posição em companhias controladas pelo governo, desde federais até estaduais. "Não temos restrições a estatais, mas a questão da qualidade tem aí outra dimensão, porque o controle estatal muda conforme o governo muda, então o prêmio de risco é sempre um pouco maior." (Colaborou Victor Aguiar)

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 31/10/2018

Seção: Opinião

Autor:

Título: Pautas-bomba põem em alerta equipe do novo governo

Nos praticamente dois meses que separam a eleição deste fim de semana da posse do futuro presidente, Jair Bolsonaro, no início de 2019, diversos projetos devem ser apreciados pelo Congresso e poderão influenciar seriamente os planos do próximo governo. As votações foram praticamente interrompidas no segundo semestre por conta das eleições e algumas medidas até perderam a validade pela ausência de quórum. Há quase uma dezena de medidas nessas condições, com potencial para afetar diretamente as contas fiscais.

O quórum baixo durante o período eleitoral já fez caducar a Medida Provisória que acabava com os incentivos tributários para indústria petroquímica, adotada para compensar a desoneração do óleo diesel, com a qual o governo esperava economizar R\$ 172 milhões neste ano e R\$ 740 milhões em 2019. Foi aprovada uma proposta de renegociação mais generosa da dívida de produtores rurais, que elevou o custo para o governo de R\$ 1,5 bilhão, projetado inicialmente, para R\$ 5,2 bilhões.

Mas há mais "pautas-bomba" pela frente, como o adiamento da elevação do salário do funcionalismo de 2019 para 2020. O aumento foi aprovado em 2015 pela presidente Dilma Rousseff, e confirmado, depois, por Michel Temer, mas vem sendo adiado para postergar despesas estimadas em R\$ 4,7 bilhões. Com 123 emendas, a MP que autoriza nova postergação perde a validade em

fevereiro, mas precisa ser aprovada neste ano. Até agora, porém, nem a comissão especial destinada a analisá-la foi criada.

Uma MP cuja tramitação ganhou velocidade foi a que estabelece nova política de incentivos para a indústria automobilística, o Rota 2030, apesar do seu relator, o deputado federal Alfredo Kaefer (PP-PR), não ter se reeleito. A MP original, que estabelecia R\$ 2,1 bilhões de renúncia fiscal, ganhou uma série de emendas sem relação com o projeto original - os chamados jabutis - que aumentaram a conta do governo. Uma delas prevê a inclusão dos setores moveleiro e de comércio varejista de calçados e artigos de viagem na desoneração da folha de pagamentos. O Planalto pretende barrar as alterações na votação no plenário.

Um assunto polêmico é a MP do Diesel, que estabeleceu o subsídio ao combustível como uma das promessas feitas para acabar com a greve dos caminhoneiros, deflagrada em maio, ao custo de R\$ 9,5 bilhões. O subsídio termina no fim de dezembro, mas, com a queda do dólar e do petróleo, o governo cogitou acabar antes com o benefício. A comissão para analisar a medida sequer foi instalada e o próprio governo pode voltar atrás porque lideranças de caminhoneiros ameaçaram nova greve ao saber dos estudos (O Globo 30/10). O problema deve ficar para o próximo governo. De toda forma, com os aumentos de preços menores que o esperado, alguma economia já é prevista. A Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP) pagou cerca de R\$ 2 bilhões até agora e prevê desembolso adicional de R\$ 1,5 bilhão.

Na tão carente área de infraestrutura há também medidas em suspenso. Uma delas é a MP que caduca em 11 de novembro e modifica o marco legal do saneamento, considerada importante para atrair o setor privado, responsável por apenas 15% dos investimentos na área, e também para destravar obras de saneamento. Há 646 empreendimentos parados do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), para os quais foram reservados R\$ 2,2 bilhões entre 2015 e 2018, segundo o Ministério do Planejamento.

O governo também deve tentar neste fim de ano editar MP para viabilizar a realização ainda neste ano do leilão da Amazonas Energia, a altamente endividada distribuidora da Eletrobras. Se o plano não der certo, a empresa deverá provavelmente ser liquidada, resultando em um rombo de cerca de R\$ 5 bilhões para o próximo governo.

Uma peculiaridade desta eleição vai influenciar o rumo dos debates. O elevado índice de renovação dos quadros legislativos reduzirá consideravelmente o número de representantes que voltarão no próximo ano, tornando alguns mais dispostos a votar sem se preocupar com o futuro e outros menos propensos a arcar com as consequências de medidas de ajuste. No Senado, houve a maior

renovação da história, a começar pelo presidente da casa, Eunício de Oliveira, que não se reelegeu. Das 54 cadeiras em disputa do total de 81 do Senado, 46 terão novos ocupantes. Na Câmara, a taxa de renovação foi de 52%, a maior em 24 anos - 243 das 513 cadeiras nomes. Há motivos de sobra de preocupação. Assessores de Bolsonaro intercedem para que cesse a drenagem das contas públicas, que trará ainda mais problemas para a nova administração.

MME / ASCOM .